



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

ADVOGADO

INSTRUÇÕES:

Você receberá do fiscal: um **caderno de questões** e um **cartão de respostas** personalizado.
As páginas do **caderno de questões** estão numeradas seqüencialmente e contêm 50 questões.

ATENÇÃO !

- 1 - Verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- 2 - Verifique no verso do **cartão de respostas**, se seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo para o qual concorre estão corretos.
- 3 - Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a opção que a responde corretamente.
- 4 - Observe as recomendações impressas no **cartão de respostas**.
- 5 - Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do **chefe de local**.
- 6 - Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova, inclusive a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**.
- 7 - Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado** no verso.

CALENDÁRIO PREVISTO

Divulgação do Gabarito - 04/06/2000

Prazo de Recurso - 05 e 06/06/2000

Dirigir o pedido de revisão ao Coordenador Geral do Concurso e entregá-lo no Protocolo da FMS, Av. Amaral Peixoto, 171, 4º andar - Centro - Niterói.

Obs.: Não serão recebidos recursos em local diverso do acima referido.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

1 - À concepção do Sistema Único de Saúde (SUS), regulado pelo poder do Estado, corresponde:

- a) uma noção autoritária de política social que bloqueia o direito à livre organização do trabalho em saúde em um contexto de cidadania restrito
- b) uma noção socialista de que a atenção à saúde deve ser estatal em um contexto de cidadania restrito
- c) uma noção centralizadora e vertical de Estado como gestor único das políticas de saúde em um contexto de cidadania regulada
- d) uma noção de Estado de bem-estar em que direitos sociais são elemento essencial em um contexto de cidadania plena

2 - O modelo médico assistencial dominante nos anos 70 caracterizou-se, principalmente, pela oferta de serviços de saúde da seguinte forma:

- a) universal à população brasileira, através da compra de serviços privados por meio do Instituto Nacional da Previdência Social
- b) prioritário às populações urbanas, através da compra de serviços privados por meio das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde
- c) prioritário às populações inseridas no mercado de trabalho formal, através da compra de serviços privados por meio do Instituto Nacional de Previdência Social
- d) universal à população brasileira pelo Ministério da Saúde, complementado através da compra de serviços privados para os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal

3 - A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília em 1986, apresenta a saúde como:

- a) resultado do acesso do cidadão aos serviços de saúde, tanto preventivos quanto curativos
- b) resultado da organização social da produção, abrangendo diversos aspectos das condições de vida
- c) um completo estado de bem-estar físico, psíquico e social, e não simplesmente a ausência de doença
- d) um estado ótimo de adaptação do indivíduo, entre seu meio ambiente físico e social e suas características psíquicas

4 - A Lei 8.080, sobre o Sistema Único de Saúde, pode ser considerada insatisfatória no seguinte aspecto:

- a) a população está excluída dos fóruns de discussão e decisão, mantidas as antigas estruturas decisórias nas mãos de grupos fechados nos gabinetes do Estado
- b) a estrutura proposta para o SUS termina por manter a antiga dicotomia ações preventivas x ações curativas
- c) a proposta de descentralização é frágil e não permite a quebra da tradição brasileira de centralização de decisões em nível federal
- d) as relações políticas e financeiras do SUS com o chamado sistema de atenção médica supletiva não foram regulamentadas

5 - Segundo a Norma Operacional Básica 96 (NOB) do Ministério da Saúde, gerência é definida como:

- a) a direção de um sistema de saúde municipal, estadual ou nacional
- b) a administração de uma unidade ou órgão de saúde prestador de serviços ao SUS
- c) a administração de uma unidade ou órgão de saúde ou a direção de um sistema de saúde municipalizado
- d) a direção de órgãos coordenadores de atividades de saúde no nível municipal, como a Vigilância Epidemiológica e a Vigilância Sanitária

6 - Segundo a Norma Operacional Básica 96, o Piso de Atenção Básica (PAB) é:

- a) um conjunto de ações de saúde consideradas básicas no nível de atenção primária
- b) um montante financeiro definido por um valor *per capita* multiplicado pela população de cada município
- c) um conjunto de ações de saúde considerado suficiente para ser oferecido gratuitamente à população
- d) um montante financeiro definido por um valor *per capita* multiplicado pela população de cada estado e por este redistribuído aos municípios

7 - A condição essencial para um município obter gestão plena do sistema de saúde municipal é apresentar:

- a) um Conselho Municipal de Saúde organizado
- b) uma rede de prestação de serviços própria, pelo menos nos níveis primário e secundário
- c) um plano de consórcio com municípios vizinhos, para oferecer uma rede de serviços completa à população
- d) uma rede de prestação de serviços própria, pelo menos em no nível primário, podendo conveniar e credenciar os níveis mais complexos

8 - A proposta de estimular a atividade comunitária junto aos serviços de saúde na condução do SUS tem como objetivo explícito:

- a) incrementar a participação e controle social
- b) economizar gastos com recursos humanos
- c) disciplinar, controlar e reprimir a população
- d) economizar gastos com infra-estrutura de saneamento

9 - O enfoque epidemiológico no modelo de atenção à saúde proposto pela Norma Operacional Básica 96 recomenda aos municípios que:

- a) restrinjam as ações de saúde àquelas de cunho estritamente preventivo, pois são muito mais eficazes
- b) identifiquem grupos de risco em cada município, para a eventualidade de ser necessário isolá-los em quarentena
- c) privilegiem as ações de saúde centradas no meio ambiente, na qualidade de vida e na noção de atenção integral à saúde
- d) notifiquem a emergência de epidemias em seu território à Fundação Nacional de Saúde, para que esta proceda a campanhas de imunização

10 - Segundo a Norma Operacional Básica 96, a relação entre os serviços de saúde e a população deve ter, como foco principal, uma ética pautada por:

- a) lógica política vigente em cada município
- b) princípios básicos do código de ética médica
- c) proposta coletiva que transcende o individual
- d) padrões regionais definidos nas constituições estaduais

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 - O direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado com a finalidade de utilidade pública, denomina-se:

- a) hipoteca legal
- b) usufruto público
- c) ocupação temporária
- d) servidão administrativa

12 - O ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade, classifica-se como da seguinte categoria:

- a) licença
- b) permissão
- c) concessão
- d) autorização

13 - A possibilidade de o ex-proprietário de imóvel desapropriado obtê-lo de volta, caso o desapropriante não lhe tenha dado o destino para o qual operou-se a desapropriação, chama-se juridicamente:

- a) reversão
- b) retrocessão
- c) adjudicação
- d) reivindicação

14 - A modalidade de licitação que se realiza entre, no mínimo, três interessados do ramo pertinente a seu objeto, previamente cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa, intitula-se:

- a) convite
- b) concurso
- c) concorrência
- d) tomada de preços

15 - Criação por lei; atribuição de personalidade jurídica de direito público; destinação específica para determinados fins ou atividades; capacidade de auto-administração; sujeição a controle ou tutela estatal. Segundo consenso dos autores, essas características são do seguinte tipo de órgão:

- a) autarquia
- b) secretaria de estado
- c) conselho municipal
- d) sociedade de economia mista

16 - Atos praticados por servidor público cuja investidura no cargo foi tornada sem efeito são juridicamente considerados:

- a) nulos
- b) válidos
- c) anuláveis
- d) inexistentes

17 - Dentre as alternativas abaixo, a que contém afirmação verdadeira sobre a administração pública indireta é:

- a) empresas públicas têm personalidade de direito público
- b) autarquias não possuem patrimônio nem receitas próprias
- c) fundações públicas podem ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado
- d) sociedades de economia mista adotam facultativamente a forma de sociedade anônima

18 - Com relação à possibilidade de delegação do poder de polícia, está correta, dentre as que se seguem, a alternativa que a admite no que respeita a:

- a) ente administrativo vinculado ao Estado, através da edição de lei formal
- b) pessoas da iniciativa privada, ainda que sem vinculação oficial com os entes públicos
- c) ente federativo, mesmo que sem poderes para regular a matéria sobre a qual recairá a intervenção estatal
- d) pessoa administrativa vinculada, bastando que a administração pública se utilize, para tanto, de instrumentos normativos infralegais

19 - O ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, é:

- a) anulação
- b) revogação
- c) repristinação
- d) cancelamento

20 - Com relação aos atos danosos praticados pelos agentes do Estado, no exercício de sua atividade pública, a interesses jurídicos de terceiros, o direito brasileiro adota a teoria conhecida como:

- a) culpa do serviço
- b) culpa administrativa
- c) responsabilidade objetiva
- d) responsabilidade aquiliana

DIREITO CIVIL

21 - A famosa regra “*dies interpellat pro homine*”, decorrendo do advento do termo final e do não cumprimento da prestação contratualmente ajustada, está diretamente relacionada com o seguinte fato jurídico:

- a) mora ex re
- b) purga da mora
- c) mora ex persona
- d) interrupção da mora

22 - A consignação em pagamento **NÃO** deve ser admitida na seguinte hipótese de:

- a) ter por objeto prestação que consista na entrega de coisa incerta
- b) disputa de pagamento pelos supostos credores do consignante
- c) ser ilíquida a prestação ofertada
- d) o credor residir no estrangeiro

23 - Com relação à possibilidade de proteção possessória da servidão de trânsito, podemos afirmar que:

- a) inexistente no sistema de defesa da posse
- b) admite-se se for a servidão permanente e titulada
- c) existe somente se o título constitutivo estiver registrado no RGI
- d) admite-se mesmo que a servidão não seja titulada, desde que permanente

24 - O usucapião extraordinário referente a bem imóvel tem como pressupostos de fato, quanto ao prazo de aquisição, natureza da posse e titulação, respectivamente:

- a) vinte anos, com presunção da boa fé e independentemente do título
- b) dez anos, boa ou má fé, dispensado o justo título
- c) trinta anos, posse contínua, sem justo título
- d) quinze anos, boa fé e justo título

25 - Estradas, ruas e praças são consideradas bens públicos da seguinte categoria:

- a) de uso especial
- b) de uso comum
- c) dominicais
- d) alodiais

DIREITO CONSTITUCIONAL

26 - A natureza jurídica do habeas corpus impetrado contra um particular pode assim ser resumida:

- a) ação penal para cessar prática de ato ilegal
- b) recurso criminal para evitar abuso de poder
- c) processo cível para garantir o direito de ir e vir
- d) medida cautelar para afastar ameaça à liberdade

27 - As afirmativas de que o poder constituinte originário não está subordinado a qualquer regra de forma ou de fundo e de que a Constituição é sua base jurídica revelam, na ordem apresentada, as seguintes características:

- a) inicial e ilimitado
- b) ilimitado e imperativo
- c) incondicionado e inicial
- d) imperativo e incondicionado

28 - A competência exclusiva para sustar ato normativo do Poder Executivo que exorbite do limite da delegação legislativa é atribuída ao seguinte ente federativo:

- a) Senado Federal
- b) Congresso Nacional
- c) Conselho da República
- d) Supremo Tribunal Federal

29 - A aprovação de proposta de emenda à Constituição Federal depende do seguinte quorum:

- a) 2/3 do Congresso Nacional
- b) 3/4 da Assembléia Constituinte
- c) 1/2 mais um do Congresso Nacional
- d) 3/5 em cada uma das casas legislativas

30 - Dentre outras, é da competência originária do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os:

- a) Governadores de Estado, nos crimes comuns
- b) Juízes eleitorais, nas infrações administrativas
- c) Ministros de Estado, nas infrações penais comuns
- d) Comandantes das Forças Armadas, nos crimes de responsabilidade

31 - O controle preventivo de constitucionalidade de uma lei municipal é exercido, em primeiro lugar, por:

- a) prefeito municipal
- b) comissão de justiça
- c) juiz de primeiro grau
- d) presidente da Câmara Municipal

32 - As normas constitucionais que regem o voto secreto, direto, universal e periódico são classificadas como:

- a) de eficácia plena
- b) de aplicação mediata
- c) relativas restritivas
- d) dependentes de complementação

33 - Dentre as características do princípio constitucional da eficiência na administração pública, podem ser destacadas:

- a) hierarquia e progressão
- b) progressão e neutralidade
- c) transparência e hierarquia
- d) neutralidade e transparência

DIREITO PENAL

34 - Fiscal de tributos municipal, por negligência, deixa de lavrar auto de infração fiscal ao constatar ocorrência de sonegação de imposto praticada por pessoa jurídica inativa, por já haver encerrado definitivamente suas atividades. Sob o ponto de vista penal, tal conduta deve ser classificada como:

- a) fato atípico
- b) prevaricação
- c) contravenção penal
- d) condescendência criminosa

35 - Apropriando-se o servidor público de valor ou outro bem móvel particular, cuja posse detém em razão do cargo, configura a prática do crime de:

- a) furto
- b) peculato
- c) concussão
- d) estelionato

36 - O crime de receptação culposa é classificado como delito de tipo:

- a) habitual
- b) autônomo
- c) subsidiário
- d) pluri-subjetivo

37 - Ocorrendo a chamada *aberratio ictus seu actus*, havendo lesão a terceiro e à pessoa visada, estará configurada a seguinte situação jurídica:

- a) erro de tipo
- b) crime único
- c) excesso culposo
- d) concurso de crimes

38 - Crime praticado contra a honra de vereador, valendo-se o agente de meio ordinário, tendo ocorrido a posterior divulgação do fato pela imprensa escrita do local, deve ser entendido como delito da seguinte espécie e circunstância:

- a) comum, em continuidade delitiva
- b) especial, em concurso de normas
- c) comum, existindo um único crime
- d) político, em concurso formal

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39 - Em uma ação de obrigação de fazer, pelo rito ordinário, mesmo que não tenha sido incluído no pedido e sendo compatível com este, a sentença deverá dispor a respeito do seguinte item:

- a) entrega de bem fungível
- b) imposição de juros contratuais
- c) multa diária pelo inadimplemento
- d) fixação de alimentos provisionais

40 - A consequência do reconhecimento de que o processo se realizou perante juiz absolutamente incompetente torna nulos os seguintes atos processuais:

- a) recursais
- b) decisórios
- c) probatórios
- d) ordinatórios

41 - João e José, que têm diferentes advogados, são citados para responderem aos termos de uma ação de cobrança pelo rito ordinário. Com a juntada aos autos dos avisos de recebimento dos mandados de citação, respectivamente em 03.04.00 e 05.04.00, o termo final para o primeiro oferecer reconvenção é:

- a) 18.04.00
- b) 20.04.00
- c) 03.05.00
- d) 05.05.00

42 - Quando as partes apresentam convenção de arbitragem no processo, cabe ao juiz a seguinte decisão:

- a) sentenciar, apreciando o mérito da causa
- b) sanear o processo, deferindo a prova pericial
- c) extinguir o feito, sem julgamento do mérito
- d) suspender o processo até o final da arbitragem

43 - O pressuposto do recurso adesivo é:

- a) sucumbência recíproca
- b) interrupção prescricional
- c) prejudicialidade de terceiro
- d) interdependência de interesse

44 - Visando assegurar a presença dos princípios da isonomia processual e do contraditório, o Código de Processo Civil prevê que, na hipótese de interposição do recurso de agravo na modalidade de retido, a resposta do agravado e a decisão do juiz para exercer ou não sua retratação terão os prazos respectivos de:

- a) 02 e 10 dias
- b) 03 e 02 dias
- c) 05 e 03 dias
- d) 10 e 05 dias

45 - Dentre as providências de ordem, contidas no despacho inicial deferitório da citação na execução fiscal, visando à cobrança de crédito decorrente de não pagamento de IPTU, pode ser destacada a seguinte:

- a) multa penal pela mora
- b) arresto do imóvel devedor
- c) prisão civil do proprietário
- d) inscrição da dívida no registro de imóveis

DIREITO TRIBUTÁRIO

46 - Da receita obtida com o imposto sobre a propriedade de veículos automotores, a Constituição federal destina aos municípios o percentual de:

- a) 50%
- b) 25%
- c) 15%
- d) 10%

47 - A concessão de garantias pelas entidades públicas depende da seguinte norma:

- a) emenda constitucional
- b) decreto legislativo
- c) medida provisória
- d) lei complementar

48 - A lei orçamentária de determinado município fluminense foi aprovada na data de 01.12.99, sancionada em 03.12.99 e publicada em 06.12.99 sem que nela tivesse constado previsibilidade expressa de sua vigência. No caso, o início de sua vigência ocorrerá na seguinte data:

- a) 06.12.99
- b) 07.12.99
- c) 01.01.00
- d) 20.01.00

49 - Um dos efeitos resultantes da solidariedade tributária é:

- a) a arguição de benefício de ordem prevalece sobre os demais
- b) a remissão desonera todos os coobrigados da relação comercial
- c) a aplicação é imediata, se decorrente de previsão contratual expressa
- d) a interrupção da prescrição contra um dos obrigados favorece os demais

50 - À falta de estipulação de domicílio de eleição da pessoa física, considerar-se-á o:

- a) do trabalho efetivo
- b) da última residência
- c) do domicílio bancário
- d) da residência habitual